

ESQUEMA PARA UM ESTUDO DO TABACO BAIANO NO PERÍODO COLONIAL

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA, PROFESSOR DE HISTÓRIA DO BRASIL
DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE MARÍLIA, SP

Há pelo menos três séculos que numa área da Bahia lavradores cultivam a planta do tabaco utilizando-se, no geral, das mesmas técnicas agrícolas, quase sempre rudimentares e deficientes, mas revelando em todo o caso indiscutível bom-senso, nascido de secular experiência transmitida inicialmente pelos indígenas e aperfeiçoada por meio de uma observação empírica.

Consagrado o seu uso sobre tudo e todos que apontavam e continuam apontando até hoje os efeitos nocivos que dele vêm, quando usado para fumar, o tabaco teve e tem até os nossos dias indiscutível importância em nossa balança econômica, não obstante estar praticamente sob controle estrangeiro, graças à penetração da indústria alienígena de cigarros.

Entretanto, curiosamente, a literatura científica que há sobre o assunto, sob o ponto-de-vista histórico, é singularmente pobre. Por outro lado, a documentação a seu respeito, conservada nos arquivos brasileiros e estrangeiros em que tivemos oportunidade de investigar, é excepcionalmente rica.

Essas constatações continuam desafiando os estudiosos, sem contudo convencê-los ao tratamento na extensão e profundidade que o tema exige.

A permanência da mesma área e das mesmas técnicas de cultivo, dos mesmos processos de comercialização no mercado produtor e das mesmas limitações no seu uso, constantes essas que têm sofrido variações de pequena significação no espaço e no tempo, são razões suficientes para levar-nos a refletir sobre a evolução da economia fumageira. Não obstante, e no que diz respeito ao Brasil e particularmente à Bahia, existem outros motivos de grande alcance que reclamam estudo, pois o fumo é uma cultura primária de exportação, responsável pela sustentação de um grande número de pequenos proprietários rurais, aproveitando terras nem sempre próprias para outras culturas, tendo amplo mercado consumidor interno, sendo que a exportação do produto, principalmente em folha, tem-se mantido ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que a indústria do fumo em nosso País revela constante crescimento, tendo contribuído no período de

1955 a 1962 com 28% do impôsto de consumo do govêrno federal, dando também alta margem de lucros para os seus acionistas (1).

Para um enfoque inicial, portanto simplesmente introdutório, é que se destinam as sugestões insertas neste artigo. Nelas, acreditamos ter colocado alguns tópicos que, segundo a nossa maneira de entender, são os que mais merecem ser considerados num estudo que se limite a tratar do tabaco brasileiro nos Séculos XVI, XVII e XVIII.

Sôbre o tabaco, via de regra, as nossas histórias econômicas gerais cometem apenas algumas generalidades em tôrno de sua cultura (2). Dessa maneira, não tendo também uma bibliografia especializada, continuamos desconhecendo as questões ligadas ao seu comércio com a Europa, África e Oriente, como ao transporte e flutuação dos preços. Pouco sabemos tam-

(1) Alguns dados relativamente atuais nos permitem avaliar a importância da indústria do fumo no Brasil.

Em 1963 havia 324 empresas produtoras ocupando 17.958 pessoas. Dêsse total 185 (57%) localizam-se nos três Estados que são os maiores produtores: Rio Grande do Sul 66, São Paulo 61 e Bahia 58.

Quanto à exportação de folhas de fumo, como matéria-prima, entre 1955 e 1962 exportou-se a média anual de 30.000 toneladas, dando uma receita anual de divisas da ordem de 15 a 20 milhões de dólares. Quase todo o fumo exportado procede da Bahia (US \$ 16.985) e do Rio Grande do Sul (US \$ 6.210), sendo êsses dados correspondentes ao ano de 1963.

Os nossos maiores importadores em 1962 e 1963 foram: Alemanha Ocidental, Espanha, Holanda, Tcheco-Eslováquia, Estados Unidos, Dinamarca, França, Bélgica, Suíça e Uruguai.

Em 1966 exportamos 45.638 toneladas, correspondentes a cerca de 21,9 milhões de dólares, tendo nesse ano figurado o Brasil em sétimo lugar como exportador.

No primeiro semestre de 1968 os Estados Unidos importaram 224.000 quilos de fumo de São Paulo.

Fontes: *Conjuntura Econômica*, Ano XVIII, n.º 5, Maio de 1964, Fundação Getúlio Vargas, Rio.

Conjuntura Econômica, Ano XIX, n.º 3, Março de 1965, Fundação Getúlio Vargas, Rio.

Conjuntura Econômica, Ano XIX, n.º 7, julho de 1965, Fundação Getúlio Vargas, Rio.

Revista Brasileira de Estatística, Ano XXVIII, n.º 110, Fundação IBGE, Rio, 1967.

(2) Assim acontece em obras como as de Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*; Nelson Werneck Sodré, *História Econômica do Brasil*; Lemos Brito, *Fontes de partida para a história econômica do Brasil*; Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*; J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil*, ou ainda em autores como Luís Amaral, *História da Agricultura Brasileira*. Obras como *O Fazendeiro do Brasil* de Frei Velozo ou as *Castas Econômicas e Políticas* de Rodrigues de Brito que memorizaram largas informações sobre nossa economia agrícola não chegaram entretanto a somar o desejável que desse oportunidade a estudos apenas de caráter bibliográfico.

A obra que apresenta maior acervo de informações sobre o tabaco nos parece que continua a ser a de Antonil. Realmente a *Cultura e Opulência do Brasil* traz nada menos de 12 capítulos versando o assunto, com riqueza de detalhes que vão desde a semeadura até a colocação nos mercados "das quatro partes do mundo", relatando todas suas fases de produção e comércio.

Desconhecemos monografias históricas sobre o tabaco em geral ou aspectos de sua cultura no espaço e no tempo brasileiros.

bém a respeito dos problemas relacionados com os mercados consumidores, quais sejam aquêles de usos e aplicações do tabaco na África, na Europa e no Oriente, ao longo dos séculos.

O tabaco, pelo reconhecimento que se dá no Século XVIII às suas virtudes medicinais, chegou a ser chamado de "erva santa", "erva divina" ou "erva sacra", o que aliás não impediu a Igreja de severamente proibir o seu consumo.

Da flutuação nos índices de consumo e suas respectivas determinantes, do aumento progressivo das áreas consumidoras e do próprio consumo *per capita* muito há ainda por ser verificado.

Faltam-nos ainda estudos sôbre os assuntos ligados à mão-de-obra nas áreas de produção, isto é, suprimento, colaboração dos escravos e do trabalho livre, ou então questões como a do regime de divisão, aproveitamento e propriedade da terra e também ao tamanho das fazendas de plantação de tabaco ou ao caráter democrático da cultura que pode ser feita em pequenas áreas — até em jardins e quintais — e por pessoas e famílias de poucos recursos, sendo ainda hoje chamada de "lavoura dos pobres" ou de "fundo de quintais", acrescendo nesse sentido o fato de que até mesmo nas propriedades latifundiárias ela ocupa pequena área.

Ainda no tocante à mão-de-obra escrava, um campo de estudos que a nosso ver oferece amplas perspectivas é o do relacionamento entre o tráfico de escravos e a colocação do tabaco nas áreas africanas fornecedoras, dentro de um giro comercial em que ambas as riquezas — escravos e tabaco — tinham importante reciprocidade, isto é, foram durante dilatado período de tempo os "produtos" comerciáveis de quase único interesse na quele tipo de transação que alimentou a lavoura colonial.

Assim, o traficante que ia à África, como é óbvio, só se interessava pela compra de escravos, e para tanto levava a mercadoria brasileira de maior aceitação, fazendo com que o pôrto de Salvador, pelo menos no Século XVIII, fôsse o grande receptador de escravos e exportador de tabaco. Ora, até que ponto uma retração nos mercados fornecedores de escravos ou a atuação contrária das diferentes formas competitivas que outras nações impunham aos portugueses naquele comércio, ou mesmo os fatores fortuitos que muitas vêzes prejudicavam as áreas fornecedoras de escravos, quais sejam as epidemias, por exemplo, teriam nesse momentos influido no mercado de produção e na comercialização do tabaco brasileiro de inferior qualidade que habitualmente se destinava à África, (3)

Nesse sentido, as interferências e imposições dos holandeses, franceses e ingleses às transações portuguesas na África, envolvendo os escravos e o tabaco, estão a reclamar estudos, como também está a introdução do tabaco nos Países Baixos e a atuação da Companhia das Índias Ocidentais nesse

(3) Em sua coleção "Le Monde D'Outre-Mer passé et présent", a École Pratique des Hautes Études, de Paris, publicou recentemente o substancioso estudo de Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos* (eu XVIII e au XIXe siècle) no qual são estudados para uma determinada área africana vários pontos dos que abordamos.

sentido, procurando inclusive dominar os mercados de produção (Bahia e Pernambuco).

Na mesma linha de idéias em relação ao tráfico há a competição que os negociantes baianos detentores do mercado produtor do tabaco ofereceram aos negociantes metropolitanos interessados no mesmo tráfico, mas dêle eliminados por não terem a possibilidade de levar tabaco à África. Isto porque os brasileiros detinham as áreas de produção dos artigos de larga aceitação na África, como o açúcar e aguardente, mas e sobretudo o tabaco, conseguindo praticamente eliminar do trato com os sobas africanos os traficantes metropolitanos, não só pela concorrência direta que lhes ofereceram, como também por negociar o tabaco brasileiro com ingleses, franceses e holandeses, dos quais recebiam sobretudo tecidos de fácil colocação no mercado brasileiro, quando não eram forçados a fornecer a qualquer preço sua carga de tabaco a navios daquelas nacionalidades. Aliás, a acusação era de que os baianos canalizavam para essa espécie de transação "muito ouro lavrado e moeda corrente", o que sem dúvida mais agravaria os prejuízos da Coroa.

Desenvolviam-se dessa maneira, graças ao tabaco, duas linhas da transações: a dos escravos, que era lícita e tolerada pela metrópole, e a das manufaturas estrangeiras que era quase sempre ilícita. Entretanto, ambas feriam fundamento o esquema mercantilista e o "pacto colonial", conforme a consideração inserta nas Instruções dadas ao Marquês de Valença, Governador da Bahia, em 10 de setembro de 1779, onde se reclama que fôsse dada aos "portuguêses a preferência, da mesma sorte que a Capital e os seus Habitantes a devem ter em toda a parte sobre as colônias e habitantes delas" (4).

Assim, destarte, a formação de um grupo de negociantes coloniais em conflito com o poderoso grupo congênere da metrópole, o qual por direita razão que se repousava nos interesses reais devia ser prestigiado, mas que, pelo que se verifica nos reclamos cuja documentação nos chegou às mãos, não o foi, levando-nos a considerar a pressão exercida pelos colonos, cujos interesses estavam articulados com os dos senhores de engenho e demais lavradores que representavam o mercado de absorção da escravaria africana.

Esses negociantes baianos, que por sinal chegaram a monopolizar os navios entregues às carreiras da África, desviavam para este Continente o tabaco de melhor qualidade evidentemente para o comércio clandestino com os mercados europeus que operavam nas costas africanas em detrimento da praça lisboeta, para onde se passou a mandar o fumo baiano de inferior qualidade.

Por outro lado, até que ponto os problemas que agravavam a cultura fumageira, como as adversidades naturais, as dificuldades de transporte, a política de preços e as injunções provocadas por outras ativida-

(4) Ms. 10.319. Bahia. Papéis avulsos catalogados. Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal.

des e interesses coloniais teriam prejudicado o tráfico de escravos e consequentemente afetado outras economias coloniais, cujos proveitos estavam ligados ao tráfico, como por exemplo, a cultura canavieira?

Assim, também as épocas de mais sensível desenvolvimento da economia açucareira deviam corresponder a estímulos maiores à compra de escravos na África e portanto à exportação do tabaco brasileiro para aquele Continente.

É de lembrar-se ainda que nos diferentes momentos em que o tabaco estrangeiro ofereceu mais séria competição ao tabaco brasileiro, esse fato deve ter tido necessariamente implicações para o tráfico e em consequência para o provimento da mão-de-obra na lavoura e mineração colonial.

São, como se vê, problemas interessantes que para serem estudados, compreendidos e interpretados ainda carecem de estudos que residirão em boa parte em estágio monográfico e de pesquisa de fontes primárias, dada a carência bibliográfica a respeito do assunto.

Mas, ainda não ficam aí as sugestões de estudo que podem ser postas diante do pesquisador que se interessar pelo tema.

Como se sabe, as diferentes atividades econômicas coloniais chegaram em várias conjunturas a apresentar interessantes formas de competição. O aproveitamento das terras, das matas, as requisições de mão-de-obra, os transportes, o uso das águas e outros recursos comuns à agricultura de subsistência, à lavoura canavieira e aos próprios interesses estatais provocavam essas questões conflitantes. O tabaco não escapou a essa situação, e assim, no tocante sobretudo à mão-de-obra escrava, tanto a cultura canavieira como a mineração lhe foram concorrentes com atuação às vezes intensa, aquela criando com esse atrito uma situação aparentemente paradoxal, uma vez que ela dependia indiretamente do tabaco para conseguir canalizar com presteza o suprimento de escravos africanos de que necessitava; entretanto, no Brasil, como se vê, a lavoura fumageira oferecia uma certa competição direta ao açúcar com a absorção de mão-de-obra escrava que exigia.

Mesmo as questões ligadas especificamente à cultura do tabaco que contam com razoável bibliografia ainda oferecem campos de estudos para a abordagem histórica no tocante às técnicas de plantio, beneficiamento e acondicionamento, considerando-se inclusive a possível evolução que sofreram essas técnicas, embora se saiba que essa evolução tenha se dado paulatinamente. Nesse sentido está o estudo da origem e confecção dos equipamentos necessários ao trato do fumo; a possível concorrência do tabaco norte-americano em relação ao produto brasileiro; a verificação da prática de rotação das culturas, como hoje se faz, a fim de obter o aproveitamento total da fertilização da terra.

Nada conhecemos praticamente, sobre a vida social na zona fumageira (vida familiar, institucional, vida rural e urbana), como também no tocante à política estatal, considerando-se a máquina administrativa, os órgãos colegiados e as autoridades a quem ficou afeta a cultura e o co-

mércio do fumo, este último consistindo também tópico de singular interesse, no que aliás se inclui o contrabando sobretudo para a Ásia e América Espanhola.

Faltam-nos informações sobre o proteccionismo oficial, quando êle ocorreu, como sobre a base operacional do fisco sobre a produção e comércio do tabaco ou as questões ligadas à rentabilidade e capitalização propiciadas pela mesma cultura, como ainda aquelas que dizem respeito ao seu transporte, muitas vezes objeto de interferência estatal em favor do tabaco.

As histórias gerais do Brasil também não ficam atrás na sua carência de informações e estudos, pois realmente o conjunto que nos dão está bem longe de permitir trabalhos de síntese sobre esse produto que representou, particularmente no século XVIII, uma riqueza importante, permissora da maior integração do Brasil no comércio triangular do Atlântico em relação à África e Ásia, para não considerarmos neste passo os mercados europeus e sul-americanos⁽⁵⁾, sendo também de lembrar-se a propósito destes últimos a contribuição portuguesa via Brasil ao trato do tabaco em certas áreas hispano-americanas, como é o caso do Paraguai, onde eles, portugueses, eram em determinado momento do século XVIII, os únicos entendidos pelo menos no chamado "tabaco negro" ou torcido⁽⁶⁾, como ainda os interesses metropolitanos sobre o tabaco durante o domínio filipino.

Por outra feita os próprios cronistas da Bahia, terra por excelência produtora do tabaco no período colonial, também se incluem geralmente na crítica que ora fazemos⁽⁷⁾.

Não consideramos, entretanto, que a bibliografia sobre o tabaco que se insere em outros interesses que não o histórico, como sejam o geográfico ou o técnico-agrícola e o econômico propriamente dito, é relativamen-

(5) Estão nesse caso Francisco Adolfo de Varnhagem, *História Geral do Brasil*; Pedro Calmon, *História do Brasil*, bem como a *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda.

(6) Cf. *Bandeirantes no Paraguai, Século XVII (Documentos inéditos)*, Vol. XXXV da Coleção do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, págs. 467/66, São Paulo, 1949. Sobre o cultivo do tabaco no Paraguai do século XVIII vide também Guy José Paulo de Holanda, "As Características da Economia do Paraguai no Fim do Século XVIII e seu Papel no Vice-Reinado de Buenos Aires" in *Boletim de História*, Ano III, n.º 6, Centro de Estudos de História. Faculdade Nacional de Filosofia, Rio, 1961.

(7) Vide nesse sentido: José Antônio Caldas, *Notícia Geral de Toda Esta Capitania da Bahia Desde o seu Descobrimto até o Presente Ano de 1759*; Luís dos Santos Vilhena, *Notícias Sotopolitanas e Brasilicas*; Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*; Gabriel Soares de Sousa, *Notícia do Brasil* e João Rodrigues de Brito, *Cartas Econômicas-Políticas Sobre a Agricultura e Comércio da Bahia*.

Além da Bahia, produziam tabaco para exportação outras áreas da colônia, como Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Pará. Entretanto, a produção baiana sempre suplantou, e muito, a de todas as demais conjuntamente.

te rica sobretudo em monografias, das quais aliás nos utilizamos fartamente para este artigo (8).

Diante do que fica aí rapidamente exposto sobre as fontes históricas que podem ser utilizadas para o tema, e o estágio atual dos seus estudos, como também considerando a riqueza dos arquivos brasileiros e portugueses, conclui-se desde logo que muito ainda há por ser feito, sem o que acreditamos estar sensivelmente prejudicado o estudo global da economia na colônia.

Mas, para ainda mais insistirmos nas implicações que o tema oferece, o que vai aqui apenas como sugestão de estudo, gostaríamos de recordar também as iniciativas de transplante do tabaco da Virgínia para o Brasil (9), e a grande compatibilidade entre a agricultura do tabaco e a pecuária bovina, revelando esta última um ponto de especial interesse que, ao que sabemos, não assistiu a outras atividades agrícolas no período colonial.

Por último, merece também atenção do estudioso a campanha contra o fumo que em certos momento se fez, em benefício da agricultura de subsistência, particularmente da mandioca, tudo a constituir tema interessante, pois sendo gênero de primeira necessidade, a mandioca obtinha providências oficiais em seu favor que muitas vezes resultaram em prejuízo para a cultura do tabaco.

SCHEME FOR A STUDY ABOUT THE TOBACCO OF BAHIA AT THE COLONIAL PERIOD

The Author remarks the lack of wider studies over the tobacco cultivation in Brazil notwithstanding its importance at various phases of the Brazilian history. He proves the importance of tobacco within the African slaves' trade carried on the past against the Brazilian product and the rôle played by the Bahian merchants to the detriment of the interests of the Metropolis. Insisting on the fact that such a matter requires a special investigation and after coming over many topics connected with it the Author writes: "We lack some information over the official protectionism at the time of the development of trade as well as over the collection of taxes fixed upon the tobacco production and trade or the matters related with the neutrality and capitalization produced by the same culture".

(8) São expressivos os vários trabalhos que sobre o tema estão insertos no *Boletim Geográfico* do Conselho Nacional de Geografia. Vide especialmente: Manuel Correia de Andrade, "Considerações Geo-Económicas Sobre a Cultura do Fumo no Brasil", *Boletim Geográfico* 178; Ariadne Soares Souto Maior, "Comentário do Mapa da Produção do Fumo na Região do Recôncavo na Bahia", *Boletim Geográfico* 111.

(9) Sobre as experiências com o plantio do tabaco estrangeiro no Brasil, no período colonial, temos uma literatura coetânea representada sobretudo pelos trabalhos dos memorialistas ilustrados da segunda metade do Século XVIII.

*SCHÉMA POUR UNE ÉTUDE SUR LE TABAC DE BAHIA
PENDANT LA PÉRIODE COLONIALE*

L'auteur remarque le manque d'études plus étendues sur la culture du tabac au Brésil, malgré son importance aux plusieurs phases de l'histoire brésilienne. Il fait voir l'importance du tabac dans le trafic des esclaves africains et le rôle joué par les marchands de Bahia dans ce type de commerce, au détriment des intérêts de la Métropole. Il remarque la signification de ce sujet et le besoin d'une investigation spéciale sur le même. Après un traitement sérieux de plusieurs topiques qui s'en rapportent l'auteur écrit: "Il nous faut des renseignements sur le protectionisme officiel à l'époque du développement du trafic ainsi que sur la base opérationnelle d'arrecadation des impôts fixés sur la production et le commerce du tabac et sur les sujets en rapport avec la rentabilité et capitalisation présentées par cette culture..."